

---

## Política de Proteção de Dados da ACAPO

Enquanto organização especialmente vocacionada para a representação e promoção dos direitos e interesses das pessoas com deficiência visual, a ACAPO está fortemente comprometida com a proteção dos dados pessoais, muitos de carácter sensível, que lhe são diariamente confiados por todos quantos connosco interagem. Este comprometimento abrange não apenas o integral cumprimento das disposições legais, nacionais e europeias, aplicáveis em matéria de proteção de dados, enquanto garantes do direito fundamental de proteção da liberdade, identidade e autodeterminação, mas igualmente o direito fundamental conferido às pessoas com deficiência a obter a informação relevante em suportes e formatos acessíveis, da sua própria escolha.

Assim, no quadro da Política de Proteção de Dados, a ACAPO assume os seguintes compromissos:

- Recolher e tratar os dados pessoais de todos quantos connosco se relacionam, incluindo os Parceiros Externos, os Utentes, Beneficiários ou Clientes, os Colaboradores a qualquer título, e os Associados, de acordo com o princípio da essencialidade, apenas recolhendo e tratando os dados pessoais indispensáveis para a realização dos contratos ou outros acordos de que a ACAPO seja parte, incluindo a respetiva preparação e negociação, para o atendimento das solicitações que lhe sejam expressamente feitas, bem como para o cumprimento da sua missão estatutária ou para a proteção de interesses públicos que lhe sejam confiados.
- Privilegiar, na recolha e tratamento, o uso tanto quanto possível de suportes e formatos acessíveis e intercambiáveis, por forma a garantir que os dados podem, com facilidade, ser disponibilizados aos interessados em suportes e formatos acessíveis escolhidos por si.
- Garantir que, sempre que viável e legalmente admissível, a recolha, o tratamento, a consulta e a retificação dos dados pessoais em posse da ACAPO estão disponíveis em suportes e formatos acessíveis, livremente escolhidos pelas pessoas com deficiência.

- 
- Guardar os dados pessoais em sua posse, bem como os tratamentos que deles resultem, em locais físicos ou infraestruturas tecnológicas seguras, capazes de garantir a todo o tempo a identificação de quem acede aos respetivos dados, e que apenas têm acesso aos mesmos aqueles que, a qualquer título, necessitem de lhes aceder para fins lícitos.
  - Permitir e facilitar a consulta, retificação, alteração ou eliminação dos dados pessoais em seu poder, sempre que tal lhe seja requerido pelo titular dos dados ou por quem tenha legitimidade para o fazer, sem prejuízo das situações em que, nos termos da lei, os referidos dados ou os documentos que os contêm devam ser conservados.
  - Assegurar, proativamente, a eliminação dos dados pessoais em seu poder sempre que os mesmos deixem de servir os fins que determinaram ou legitimaram a sua recolha.
  - Divulgar os meios e contactos para que qualquer interessado possa assegurar, de forma eficaz e expedita, os seus direitos enquanto titular de dados pessoais ou de interesses legítimos com estes conexos.